

O OÁSIS DESÉRTICO DA TECNOLOGIA DIGITAL

Por: Gilberto Barbosa Salgado e Sara Rodrigues de Moraes

O tema da **exclusão digital** é, hoje, um tanto espinhoso. Denomine-se internet, rede, ou, mais sofisticadamente, tecnologias de informação e comunicação, o fato é que, ainda que persistam excluídos da rede, por assim dizer, um problema maior se avizinha nesse suposto oásis da tecnologia digital, que pode mesmo se transformar em um oásis desértico, onde faltem idéias e infirmem-se os fechamentos do universo locucional: trata-se da **semi-inclusão**, ou **proto-inclusão**, que confere a ilusão ao jovem de periferia e membros das classes desfavorecidas economicamente (subalternas, diriam os gramscianos) que basta aprender a operar nesse meio digital e a “mágica” se realiza. Esse artigo fará uma exposição problematizadora, no sentido que Bourdieu emprega às operações sociológicas, do tema (seções 1 e 2), para, nas suas considerações finais realizar as proposições de três itens básicos, para reflexão: a) a tecnologia digital na disjuntiva natureza *versus* cultura; b) as operações essenciais e inevitáveis, qual sejam, agência, imersão e transformação; e, c) sugestões de seleção e discriminação de informações dentro dos agenciamentos de memória, atenção e disrupção nos processos microcognitivos.

Uma série de mudanças foi aberta tanto pela arquitetura de interface quanto pela **sociedade em rede**. No campo micro-cognitivo, o modo como se lê e escreve deixou a linearidade e passou à cibertextualidade; na atenção, um elemento isoladamente catalogado deu lugar a percepções múltiplas da realidade que ignoram a idéia de espaço e tempo; a linguagem assume contornos narrativos que prezam mais a arquitetura que a substância. Exemplos de como aspectos como estes permeiam novas estruturas macro-cognitivas seriam a reestruturação de serviços e comunicação dos governos, por meio do governo eletrônico; e o alargamento das fronteiras culturais e comerciais, pelos programas de mensagens, comunidades virtuais e *e-commerce*, pela socialização da informação, uma vez que os olhos se multiplicaram além das agências de notícia, sendo possível ter acesso a vários pontos de vista de um fato a menos de cinco minutos do acontecimento.

Uma das questões que se apresentam neste novo século é se essas mudanças seriam para todos. A sociedade estaria às portas de mudanças estruturais promotoras de libertação das amarras da comunicação de massa ou de um novo modelo de exclusão?

Neste artigo serão analisadas algumas perspectivas da exclusão digital e questionadas algumas de suas bases e direções.

Na primeira parte, serão estudados os modelos de comunicação propostos por Thompson em “A Mídia e a Modernidade”, os modelos panópticos de Foucault em “Vigiar e Punir” e as explanações de Castells sobre a rede e o ser em “A Sociedade em Rede” para dimensionar os reais caminhos da exclusão digital. A segunda parte tem por objetivo traçar algumas perspectivas da exclusão expostos por Sorj e Eisemberg, contrapostas à história dos meios de comunicação traçada por Defleur e Ball-Rokeach. Por fim, serão tecidas algumas considerações finais.

1. A exclusão e as mudanças da comunicação cibermediada.

Como foi dito anteriormente, uma série de mudanças micro e macro-cognitivas transformaram a sociedade em seu modo de organização¹. A mudança na percepção e na linguagem, o alargamento das fronteiras comerciais, culturais e políticas, e o acesso à informação desenharam um novo cenário que despertou o interesse de pensadores que buscam as razões e as conseqüências trazidas pela **sociedade em rede**. O fato é que a comunicação assumiu um novo formato. No modelo de Thompson, em “A Mídia e a Modernidade”, havia três tipos de comunicação: face a face, mediada e quase mediada. A primeira, a mais antiga, em que duas ou mais pessoas que compartilham de um mesmo ambiente e tempo estabelecem uma relação dialógica, orientada para um ou mais elementos específicos, possibilitando uma multiplicidade de deixas simbólicas, já que, presencialmente, expressões faciais, gestuais e até mesmo o silêncio podem compor a mensagem.

Com a evolução das tecnologias de comunicação, foi possível estabelecer uma interação mediada, na qual a distância deixa de ser empecilho para a comunicação, o direcionamento e a orientação continuaram os mesmos, entretanto, as possibilidades de deixa simbólica são limitadas, uma vez que, na maioria dos casos deste tipo de interação, só a voz estabelece a relação da mensagem. Por fim, com a invenção do rádio e, depois, da televisão, chega-se à interação quase mediada, na qual não só há separação de contextos como também do espaço e do tempo, graças ao *video tape*. As deixas são unilaterais e limitadas, sendo uma série de apetrechos (luz, sonorização, angulação etc.) responsáveis por criar uma ilusão na qual o emissor se dirige monologicamente para um

receptor indefinido. Tal desenvolvimento dos meios de comunicação, de acordo com Thompson,

... não consiste simplesmente na instituição de novas redes de transmissão de informação entre indivíduos cujas relações sociais básicas permanecem intactas. Mais que isso, o desenvolvimento de meios de comunicação cria novas formas de ação e de interação e novos tipos de relacionamentos sociais (...) faz surgir uma complexa reorganização de padrões de interação humana através do espaço e do tempo. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação, a interação se dissocia do ambiente físico, de tal maneira que os indivíduos podem interagir uns com os outros ainda que não partilhem o mesmo ambiente espaço-temporal (THOMPSON, 1995: 77).

Assim sendo, os tipos de interação e os referenciais da comunicação de interface levaram a tamanha reorganização dos relacionamentos sociais que a interação via **rede** não se encaixa em nenhum desses modelos. É preciso criar um novo modelo, que aqui será denominado interação “**cibermediada**”. Esta comunicação, apesar da separação de contextos, herdada de tecnologias anteriores, busca um retorno ao sistema co-presencial por meio de acessórios tecnológicos que permitem ver, ouvir e até, recentemente, simular cheiros, criando uma presença virtual de tal maneira que se torna possível se desprender da identidade real e criar múltiplas identidades². Tempo e espaço deixam de ser fatores referenciais, dando lugar à velocidade e à luz.

Apesar dos simuladores, as deixas simbólicas, ainda que minimamente, são limitadas, mas graças tanto à tecnologia quanto à criação de novos códigos de linguagem (como gírias cibernéticas e *emotions*³), tais restrições são atenuadas. Os receptores podem tanto ser definidos (*e-mails*, *messengers*⁴, *voip*⁵), indefinidos (portais, *sites*, *blogs* e *fotologs*), ou ainda definidos/indefinidos (*chats*, fóruns, comunidades, redes de amigos), já que as mensagens compartilhadas podem ser, ao mesmo tempo, destinadas a determinadas pessoas como também passíveis de serem observadas por outros receptores. Assim, o caráter da comunicação pode ser tanto dialógico quanto monológico, cabendo aos indivíduos a decisão de que papel assumir de acordo com cada situação, como se pode observar no quadro abaixo.

QUADRO 1
Comparação entre Tipos de Interação

| Características interativas | Tipos de Interação | | | |
|------------------------------------|---|---|---|---|
| | Face a face | Mediada | Quase mediada | cibermediada |
| Espaço/tempo | Co-presença; Sistema referencial; Espaço/tempo comum; | Separação de contextos; Disponibilidade estendida no espaço/tempo; | Separação de contextos; Disponibilidade estendida no espaço/tempo; | Co-presença virtual (múltiplas identidades) Separação de contextos; Perda do referencial espaço/tempo; Disponibilidade estendida em velocidade/luz |
| Possibilidade de deixas simbólicas | Multiplicidade de “deixas”; | Limitação das possibilidades de “deixas”; | Limitação das possibilidades de deixas; Multiplicidade de “deixas” – simulação (visão/audição) | Limitação das possibilidades de “deixas”; Criação de simuladores de deixas presenciais e <i>feedback</i> ; |
| Orientação da atividade | Orientada para outros específicos; | Orientada para outros específicos; | Orientada para um número indefinido de receptores potenciais; | Orientada para outros específicos bem como para um número indefinido de receptores; |
| Dialógica/monológica | Dialógica | Dialógica | Monológica | Dialógica, Monológica ou Dialógica/Monológica |
| Autor | Thompson | | | Moraes |

FONTE: THOMPSON, 1995:80, ampliado por MORAES, Sara Rodrigues, 2006.

A taxonomia acima expõe de forma simplificada as semelhanças e diferenças entre os tipos de interação de acordo com as características consideradas relevantes por Thompson: a dinâmica espaço/tempo; a possibilidade de deixas simbólicas; a orientação da atividade e se o tipo de comunicação é monológica ou dialógica. A primeira característica, tempo/espaço, refere-se à relação estabelecida entre estes parâmetros delimitadores do campo físico e os elementos da interação que, de acordo com as observações do autor, se tornam cada vez mais independentes do mundo real à medida que novas tecnologias de comunicação se desenvolvem. A comunicação **cibermediada**, como dito anteriormente, mantém a separação de contextos, mas por outro cria novos sistemas referenciais (velocidade/luz) na busca da simulação da presença. A mesma dinâmica acontece com a segunda característica, a possibilidade de deixas simbólicas, em que, num primeiro momento era enriquecida por uma multiplicidade de sons e gestos, depois é limitada pelos meios de comunicação e, em seguida, na comunicação

quase mediada, apresenta formas de simulação das deixas que são ampliadas na interação **cibermediada**, retomando ainda o *feedback* da interação mediada.

A orientação da atividade, a terceira característica, apresenta seu salto na passagem da interação mediada para a quase mediada – o que antes era orientado para outros indivíduos específicos (seja face a face ou, mais tarde, por carta e telefone), passa a ter um número indefinido de receptores potenciais. Não é possível especificar exatamente quem são os que assistem determinado programa de rádio ou televisão, apenas presume-se um perfil por meio de pesquisas de audiência. Um novo salto acontece na interação **cibermediada**, vez que consegue unir dois tipos de orientação. Por esse motivo, o tipo de interação, se dialógica ou monológica, de igual forma, é restabelecido – o *feedback* perdido na interação quase-mediada é retomado na **cibermediada** sem abrir mão da relação monológica anônima dos *flaneurs* da *web*.

A interação **cibermediada** será mais bem examinada, suas características e sua organização social, ao usar da mesma estrutura analítica de Thompson e tal como o autor, empregando as definições de Goffman, expostas na obra “Representação do Eu na Vida Cotidiana”, de “região frontal” e “regiões de fundo”. Entende-se como região frontal a estrutura simbólica que se quer transmitir em qualquer interação e por regiões de fundo, ações, características ou qualquer outro signo que pode gerar descrédito quanto à mensagem a ser transmitida ao receptor. As fronteiras entre ambas as regiões são tênues “*pois o indivíduo é constantemente chamado a adaptar o próprio comportamento*” (THOMPSON:1995, 82).

Na interação **cibermediada** há uma falsa idéia de rompimento de fronteiras entre as regiões de fundo e a frontal ocasionada pela ilusão da transparência. As cozinhas de restaurantes, antes separadas por paredes e portas de vaivém⁶ foram substituídas por vidros translúcidos que permitem visualizar a movimentação de cozinheiros e ajudantes, tal como os internautas deixam rastros de seus gostos e afinidades pelos *sites* que visitam e fóruns que participam. O efeito, talvez não esperado, é que a transparência gerou a vigilância e, conseqüentemente, modificou o comportamento de cozinheiros e internautas, estes últimos encontraram nas múltiplas identidades uma forma de preservação da identidade.

Apesar da arquitetura de interface ter evoluído, como meio de comunicação, da televisão⁷, a interação **cibermediada** mais se aproxima da organização social da interação mediada, uma vez que, tal como esta, envolve duas ou mais regiões frontais separadas, neste caso, separadas por velocidade/luz, cada qual administrando suas

próprias regiões de fundo. As estruturas da interface que mais de aproximam da interação quase mediada, apesar de registrarem um *feedback* infinitamente maior, são os *sites* e portais, que não são mais as grandes vedetes no ranking de interesses dos usuários. Neste caso, tal como na televisão, as formas simbólicas são produzidas em um contexto e recebidas em uma multiplicidade de outros contextos. O ambiente de recepção, entretanto, no caso da interação **cibermediada** é predominantemente individual no sentido presencial, mas compartilhado virtualmente.

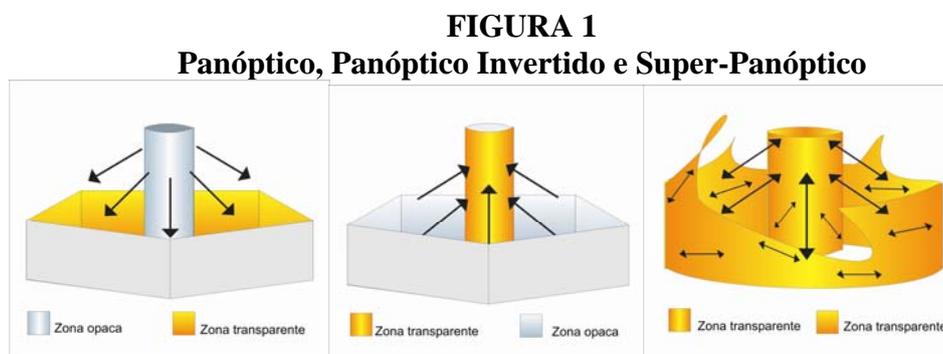
O objetivo do arcabouço conceitual acima exposto é provar que a comunicação via interface não pode ser analisada do mesmo modo que os demais meios de comunicação de massa por suas características distintas e por sua recepção. Assim sendo, não é possível pensar em exclusão digital de maneira simplista, tecendo análises que passam pelo acesso a máquinas. A seleção, neste caso é tão antiga quanto a escrita, passa pelo conhecimento.

O modelo panóptico explorado por Foucault exemplifica bem essa exclusão. Antes, o sujeito era trancado, privado de luz e escondido, por vezes esquecido em sua cela. Com a nova organização, apenas a primeira ação é mantida enquanto as outras são suprimidas – a luz daria lugar à sombra, deixando à mostra aquele que é vigiado e na penumbra da torre o que vigia. A sensação de estar constantemente vigiado paralisa o indivíduo, o que diminuiria as chances de fuga. Esta noção gerou uma nova perspectiva de exercício de poder por sua eficácia em penetrar no comportamento do ser humano, espraiando em outras frentes de dominação tais como a família, a escola, a fábrica e o hospital, o que levaria a uma sociedade disciplinar (FOUCAULT, 1987: 169). O papel positivo desta nova organização seria o aumento da utilidade possível dos indivíduos e neste quadro, a consciência do elemento disciplinador desaparece ao propiciar com que a conduta dos indivíduos deixe de ser guiada pelo medo e dando, entretanto, ao que vigia, maior penetração nas nuances do observado.

Ao refletir sobre a descrição do exercício do poder feita por Foucault, torna-se possível traçar um paralelo com o que a **rede** apresenta. Observa-se que a probabilidade de exercer maior poder se dá na **Sociedade em Rede** de acordo com o nível de conhecimento – quanto mais se sabe as funções e protocolos de *hard/software*, maior a possibilidade de intervenção e observação do comportamento de outros internautas -, e com a disponibilidade de acesso – quanto maior o tempo ou melhores forem os meios de conexão, maior o campo de observação. Esses olhares invisíveis, entretanto, não estabelecem uma relação hierárquica tal qual o é na sociedade disciplinar, transitam pela

rede sem a mínima obrigação de prestarem contas a observados ou a outros observadores⁸.

Na verdade, a partir do momento que entram na rede, todos são, ao mesmo tempo, observadores e observados. Um constante vagar despreocupado com formas, que em muito lembra a modernidade descrita por Baudelaire, no qual o fetiche reside no voyeurismo dos que se imaginam passar despercebidos frente aos que sentem prazer em se deixar notar (e sabem da existência do observador, mesmo que este não deixe suas marcas tão visíveis). A arquitetura de interface permite uma nova configuração – a super-panóptica, uma espécie de mutação da panóptico invertido (representada pela televisão), em que não mais um observa todos, ou todos observam um, mas todos observam todos, conforme representado nas figuras a seguir:



FONTE: FOUCAULT, 1987 adaptado por MORAES, 2007

A figura apresentada acima mostra a inversão no sentido da observação proposta no panóptico invertido e pelo super-panóptico. No primeiro caso, o centro, que passa a emanar informação, deixa de ser o observador e passa a observado pelos que antes eram o alvo da vigia. O efeito disciplinar permanece inalterado, vez que a atenção é apreendida e imobiliza os que estão nas bordas – a perda da capacidade de observar do centro não impede seu controle. A zona transparente ainda guarda certa opacidade em seu interior (que encerra desde a produção às ideologias envolvidas em determinada informação apresentada) enquanto que a zona opaca não carece mais de ser transparente por estar presa pela atenção e, por esse mesmo motivo, os integrantes das bordas pouco se comunicam ou trocam idéias. A verdade emana do centro.

Já o modelo do super-panóptico abandona por completo a opacidade: todos, sejam integrantes do centro ou da borda, são observadores e observados. A visibilidade flui não só entre campos diferentes, mas também no mesmo campo. O centro permanece

elevado não pela capacidade de vigiar ou de atrair a atenção, mas pelo acúmulo de informação, que agora flui em todas as direções. A principal diferença reside na borda, não mais encilhada em paredes geométricas – a organização do acesso à informação e detenção do conhecimento é fluida e dá aos indivíduos das bordas a oportunidade de deter as mesmas técnicas ou técnicas até mais sofisticadas que as do centro (representados pelos *hackers*) como também de pouco entender das chaves que abrem as fronteiras e permanecer abaixo da média, alvo fácil de dominação por parte do centro e de ataque por parte dos que se elevaram nas bordas. A sociedade da disciplina, neste modelo, deixa de fazer sentido.

A transparência, bem como a capacidade de absorver qualquer novo insumo e incorporá-lo pode fazer da **rede** um espaço com poucas condições para o florescimento de movimentos que provoquem mudança social; mas a transformação pode vir de fora, com a negação ou afirmação de valores que não podem ser processados pela **rede**, só obedecidos ou seguidos. Quem seriam então os agentes da mudança nesta nova sociedade? Castells aponta para os movimentos sociais, contanto que tomem posse do conhecimento tecnológico e se posicionem como mobilizadores, atuando tanto no virtual quanto no real.

Ao lado da globalização, nota-se uma crescente valorização do local que Castells acredita tratar-se de um paradoxo entre “*a rede e o ser*” (CASTELLS, 1999a:39) e é nesse contexto que reside a real forma de exclusão digital. Encapsulado na **rede** estaria o sistema financeiro internacional e os fluxos globais de riqueza, poder e imagens, enquanto que no **ser** estariam compreendidas a maioria das pessoas e as atividades locais do mundo. A globalização conecta tudo o que tem valor para o mercado informacional e desconecta o Ser, sem valor para esse mercado, cujos integrantes, por sua vez, se reagrupam em identidades primárias (minorias, movimentos religiosos, etnias nacionais) com a intenção de buscar segurança pessoal e sentido para a vida. A **sociedade em rede**, assim, se opõe ao poder da identidade, expresso no nascimento de alternativas ao sistema. Esses movimentos, entretanto, podem tanto ser defensores de identidades específicas quanto grupos fechados de auto-afirmação que criam mecanismos para se defender do sistema (CASTELLS, 1999b). Com isso, dois anos antes dos atentados de 11 de setembro, Castells já alertava para o risco da formação de grupos fundamentalistas, que têm por finalidade excluir os agentes de exclusão e construir um significado sem um referencial global. De acordo com essa idéia, acontecimentos como a onda de terrorismo do século XXI ou a cruzada

fundamentalista de George W. Bush nada mais seria que efeitos não esperados da **sociedade em rede**.

Estes últimos episódios presenciados pela humanidade levam a questionar quais serão as pegadas mais profundas a serem deixadas pela **rede** na história. Se este momento será lembrado pelo rompimento de antigas celas ou pelo nascedouro de novos mecanismos de aprisionamento.

2. Outras visões da exclusão digital.

Como foi visto anteriormente, a exclusão digital envolve elementos mais profundos que a questão do acesso, como a transparência que leva ao controle e a identidade, que posta de lado assume feições fundamentalistas que se apropriam da estrutura da **rede** para eliminá-la. Apesar destas questões, muitos são os pesquisadores ainda preocupados com a questão do acesso. O objetivo desta segunda parte é apresentar algumas das argumentações fundadas nesta angulação bem como esclarecer a questão à luz da história dos meios de comunicação de forma breve, já que não há possibilidade de aprofundar conceitos que renderiam uma tese no espaço de um artigo.

Bernardo Sorj, em seu livro “brasil@povo.com”, conjectura que o impacto das novas tecnologias de informação, ao invés de possibilitar a igualdade, potencializa a desigualdade social, uma vez que são os mais ricos que dela se apropriam inicialmente. Assim, *“a luta contra a exclusão digital não é tanto uma luta para diminuir a desigualdade social, mas um esforço para não permitir que a desigualdade cresça ainda mais”* (SORJ, 2003:62). Outra crítica ao modelo como um todo é a de Eisenberg, que acredita que a comunicação de interface só vem a ser mais um meio de massa determinado pela televisão, por isso, numa tentativa de arriscar a explicar as interações via **rede**, de acordo com o modelo de Thompson, a enquadra na interação mediada, apesar de usar as características da interação quase mediada, o que acaba por frisar mais o elemento de massa e, em verdade, mostra pouco contato do autor com a cultura de interface.

Longe de querer desmerecer qualquer movimento que busque promover a igualdade, falar de exclusão de meios de informação por este ângulo é ignorar a história dos meios de comunicação, que mostra que o acesso é apenas uma questão de tempo e interesse. Foi assim com o jornal impresso, que, num primeiro momento, era privilégio

de uma elite clerical alfabetizada, e, depois, com crescimento do número de escolas, passou a ser usado por operários na luta por melhores condições. Também o rádio, que no princípio era mérito de grandes empresas, forças armadas e governo – para troca de informações – passou a ser de domínio público. O tempo decorrido entre o registro do primeiro transmissor doméstico (1920) e a compra desenfreada de aparelhos receptores foi de apenas um ano:

A experiência de Pittsburgh foi tão bem sucedida que outras estações foram prontamente criadas. Transmissoras iniciaram irradiações regulares em Nova York em 1921, seguidas por estações em Newark e outras cidades. (...) O interesse do público pelo rádio estivera aumentando, seu apetite pelos novos sinais no ar tendo sido aguçado pela fascinação e estímulo da curta história do rádio. As narrativas dramáticas de salvamento no mar, de ousados vôos por sobre terras selvagens com rádio telefones, e as contendas de gigantescas empresas para conseguir controlar a telegrafia sem fio, tudo contribuía para esse crescente interesse. Quando as estações de rádio começaram de fato a transmitir em períodos regulares músicas e vozes, que as pessoas podiam receber em suas próprias casas em suas cidades, o interesse latente subitamente estourou numa doideira total. O público começou a clamar querendo mais rádio. Em 1922, a fabricação de receptores domésticos estava desesperadamente atrasada diante dos pedidos recebidos. Novas estações foram construídas num ritmo assombroso. Na última metade de 1921, foram expedidas autorizações para 32 novas estações [nos Estados Unidos], mas na primeira metade de 1922 esse número aumentara para 254! (DEFLEUR & BALL-ROKEACH, 1993:117).

Tomando um exemplo brasileiro mais recente, a TV, que em seus primórdios teve de ser patrocinada por Chateaubriand (ele comprou aparelhos e os distribuiu para ter quem assistisse sua programação), hoje alcança tal abrangência que é possível ver antenas parabólicas em casebres que nem receberam embolso.

A substituição de tecnologias de comunicação tem se mostrado mais rápida que previsões dos próprios fabricantes. O prognóstico de substituição do LP pelo CD era de 10 anos e aconteceu em cinco. O aumento da demanda gera queda de preço e,

conseqüentemente, maior acesso. O preço de um aparelho de DVD no Brasil que, no início, girava na casa dos mil reais, hoje é inferior ao valor do vídeo-cassete. Um rádio de pilha pode ser encontrado por cinco reais. O jornal, por 25 centavos.

No campo da interface, abandonando a noção de que a rede se restringe apenas ao computador, os telefones celulares, cujo número habilitações em funcionamento, de acordo com a Anatel, já supera o número de telefones fixos e coloca o país na sexta posição no ranking da telefonia móvel, têm sido amplamente difundidos, ficando atrás apenas de países populosos e/ou desenvolvidos, como a China e os Estados Unidos.

3. Considerações finais e proposições para debate.

A **primeira proposição** envolve a disjuntiva **natureza e cultura**, de origem aristotélica (*natur versus kultur*). Os meios concernentes à tecnologia digital se naturalizaram, não são mais maiores novidades utópicas, redentoras ou, do contrário, aprisionadoras, contudo, diferentes; e naturalizaram-se como a televisão há cinquenta anos e o celular, recentemente. Qualquer jovem de periferia tem acesso e as operam livremente. Porém, destaque-se, faz um uso básico, como bate-papo, consulta a sites, joguinhos e congêneres. Agencia-se, pois, como um noviço em iniciação.

Assim, **segunda proposição**, se as tecnologias digitais se naturalizaram, as movimentações relativas à **agência, imersão e transformação**, como salienta Murray, realizam-se: o **agenciamento** denota que a ação é ativa e não passiva, qual seja, o operador é relativamente senhor de seus movimentos, é livre, mas também controlado (Moraes, 2007); a **imersão** aponta que a o agenciador faz operações que erigem um mundo à parte, que maneja dentro das premissas sublinhadas, e, afinal, a **transformação**, demonstra, como esse artigo evidenciou, que aspectos macro e microcognitivos em sua vida alterar-se-ão por completo.

A **terceira proposição** evidencia (Crary, 1999: 45) que **memória e atenção** são alteradas e potencializadas nessa nova ambiência. Os processos sinápticos podem aguçar a representação ideativa, mas também realizar uma **disrupção**, que ocorre quando a memória e a atenção tornam-se difusas, buscando *pontos de fuga*, que, ao contrário do que se possa sugerir, não são prejudiciais, mas otimizadores de novas pautas intelectivas, como a **multitarefa** (que qualquer jovem hoje domina). O diabo faz desses detalhes sua morada. Em português sem rodeios: uma educação libertadora para as tecnologias digitais envolve uma pedagogia para a **seleção** e a **discriminação**, para que os agentes não sejam “zumbis tecnodigitais”. **Seleção**, para saber buscar quais sites

e informações realmente contam e possuem qualidade, devendo ser acessados. **Discriminação**, para, em uma conotação não pejorativa, aprender cognitivamente a otimizar e selecionar o que irá acrescentar aos seus interesses intelectivos, estéticos ou cognitivos, com o fito de não perder tempo à toa.

Ao realizar essas proposições talvez alcance-se uma abertura do universo locucional pela utilização dessas tecnologias. E o diagnóstico perturbador de Marcuse na abertura de seu livro sobre o homem unidimensional (a paralisia da crítica e o fechamento das esferas de interlocução lingüística) certamente seria deslocado.

¹ A noção, extraída de Gilles Deleuze e Félix Gatarri, na obra “Mil Platôs”, refere-se à idéia defendida pelos autores de que toda sociedade/indivíduo são atravessados ao mesmo tempo pelas duas segmentariedades: uma **molar** (macrocognitiva) e outra **molecular** (microcognitiva).

² Na gíria cibernética, os chamados “*fakes*”. Ainda há a possibilidade de entrar anonimamente, sem determinar qualquer característica pessoal. Os que fazem essa opção são denominados “*nonos*”.

³ “Carinhas” que expressam emoções. Começaram a ser difundidas pela união de elementos gráficos – como ;o) ou ;o (- e, recentemente, evoluíram para figuras animadas que podem passar qualquer tipo de sentimento).

⁴ Softwares que possibilitam a comunicação entre uma ou mais pessoas por mensagens de texto em tempo-real, imagem e voz.

⁵ Sistema de softwares interligado a provedores de Internet que reproduzem a função do telefone com um custo cerca de 70% menor que o convencional.

⁶ Referência ao exemplo dado por Thompson para explicar as separações, às vezes físicas, entre as regiões de fundo e a região frontal, conforme THOMPSON à página 83 em A Mídia e a Modernidade.

⁷ Esta afirmação é baseada em MacLuhan ao detectar que quando surge um novo meio de comunicação novos elementos surgem no meio antigo enquanto que o que nasce reproduz rudimentos do anterior. Assim foi com o rádio e a televisão - em seus primórdios, os programas de TV nada mais eram que apresentações de rádio televisionadas. O mesmo aconteceu na virada do século: a televisão foi invadida pelos *realitys shows* enquanto que o computador repetia o modelo um-muitos nos grandes portais (fato detectado tanto por Baudrillard quanto por Johnson).

⁸ Exceto os que usam a rede como instrumento específico de pesquisa e observação como agentes publicitários, analistas de mercado, polícia entre outros.

Gilberto Barbosa Salgado, professor e pesquisador dos mestrados em Ciências Sociais e em Psicologia da UFJF; coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos/UFJF/www.nee.ufjf.br, editor da revista Teoria e Cultura/UFJF; gbsalgado@terra.com.br).

Sara Rodrigues de Moraes, mestre em Ciências Sociais pela UFJF e bacharel em Comunicação Social pela mesma instituição. sarademoraes@yahoo.com.br).

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLS, Manuel. (2006), *A Sociedade em Rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
CRARY, Jonathan. (1999), *Suspensions of Perception*. Cambridge: The M.I.T. Press.

-
- DeFLEUR, Melvin L. & BALL-ROKEACH, Sandra (1993). *Teorias da Comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. (1996). *Mil Platôs*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- EISENBERG, José. (2003), Internet, democracia e república, in: *Dados*, vol. 46, n.3. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- FOUCAULT, Michel. (1987), *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.
- JOHNSON, Steven. (2001), *Cultura da Interface*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MARCUSE, Herbert. (1972), *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MORAES, Sara Rodrigues. (2007), *Governo Eletrônico, Liberdade e Controle*. Juiz de Fora: UFJF, diss. De mestrado em Ciências Sociais.
- MURRAY, Janet. (1997), *Hamlet on the Holodeck – The Future of Narrative in Cyberspace*. Cambridge: The M.I.T. Press.
- SALGADO, Gilberto Barbosa. (2007), “Esfera Pública Midiática na América Latina”, in: SOUZA, J. e MATTOS, P. *Teoria Crítica no Século XXI*. São Paulo: Annablume.
- SALGADO, Gilberto Barbosa. (2005), *Fabulação e Fantasia – O Impacto da Hipermídia no Universo Simbólico do Leitor*. Juiz de Fora: Ed. da UFJF.
- SORJ, Bernardo. (2003), *brasil@povo.com*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- THOMPSON, John. (1995), *A Mídia e a Modernidade*. Petrópolis: Vozes.
- .